



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

17/12/2014 ATÉ 17/12/2014



INDÍCE

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SEM ASSUNTO.....	1
	1.2 SITE JUSBRASIL.....	2
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE JUSBRASIL.....	3
3	COMARCAS	
	3.1 SITE JUSBRASIL.....	4 5
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	6
	4.2 BLOG DO NETO FERREIRA	7
	4.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	8
	4.4 BLOG LUÍS PABLO.....	9
	4.5 BLOG MARRAPÁ.....	10
	4.6 BLOG SILVIA TEREZA.....	11
	4.7 BLOG WALDEMAR TER.....	12
	4.8 IMIRANTE.COM.....	13 14
	4.9 O IMPARCIAL ONLINE.....	15
	4.10 SITE BRASIL 247.....	16
	4.11 SITE G1.....	17
	4.12 SITE IDIFUSORA.....	18
	4.13 SITE JUSBRASIL.....	19
	4.14 SITE MIGALHAS.....	20
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	21
	5.2 SITE JUSBRASIL.....	22
6	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	6.1 SITE JUSBRASIL.....	23
7	SESSÃO ITINERANTE	
	7.1 SITE JUSBRASIL.....	24
	7.2 SITE UFMA.....	25
8	VARA CRIMINAL	
	8.1 BLOG AQUILES EMIR.....	26
	8.2 BLOG DO NETO FERREIRA	27
	8.3 BLOG DOMINGOS COSTA.....	28
	8.4 BLOG JOHN CUTRIM.....	29
	8.5 IMIRANTE.COM.....	30 31 32
	8.6 O IMPARCIAL ONLINE.....	33
	8.7 SITE G1.....	34
	8.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	35 36
	8.9 SITE O QUARTO PODER.....	37
9	VARA CÍVEL	
	9.1 SITE JUSBRASIL.....	38

Idoso que assassinou jovem por vingança no bairro do Cohafuma em 2013 vai a julgamento nesta quinta-feira

Vai a juri popular, quinta-feira (18), Veudacy Guterres Cavalcante (77 anos), acusado do assassinato de Marcelo Henrique Freitas Gusmão (22 anos), no dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho-d'Água. De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos. Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou. O réu atirou mais duas vezes, atingindo o tórax e as costas do jovem que caiu, sendo que o denunciado desferiu um terceiro tiro que também atingiu as costas do rapaz. Após o crime, Veudacy Guterres saiu do local e foi para o seu apartamento, onde foi preso em flagrante por policiais militares, tendo confessado a prática do homicídio, entregando, inclusive, a arma do crime, que estava sobre um móvel da sala.

Interrogado em juízo, o acusado afirmou que matou a vítima por que há quatro anos o jovem o vinha ameaçando, mas afirmou não ter registrado na polícia nenhuma das ameaças. Disse que andava armado porque tinha medo de morrer e que a arma que utilizou não era legalizada. Negou ter premeditado o crime.

TJ afasta juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM em Imperatriz

Marcelo Baldochi

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, nesta quarta-feira (17), afastar preventivamente de suas funções o juiz Marcelo Baldochi. Ele é titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz (727 km de São Luís), no sul do Estado.

Baldochi vai ficar afastado até o fim da sindicância da Corregedoria de Justiça que investiga um suposto abuso de poder pela voz de prisão dada a três funcionários da TAM no começo do mês, após chegar atrasado para embarque num voo para São Paulo.

Ontem, o juiz prestou depoimento de duas horas aos corregedores de Justiça do Estado. Em dois dias, além do dele, foram ouvidos os três funcionários detidos e cinco testemunhas.

Assim, a fase de colhimento de depoimentos está finalizada, e o processo segue para a fase final. A conclusão preliminar informada pela comissão é que o juiz excedeu o seu direito ao mandar prender os funcionários.

"Que houve abuso está claro. Isso é fato. Contra fato não há contestação", disse o desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que preside a comissão, em entrevista à TV Mirante.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de 30 dias, mas a ideia é que o relatório seja entregue antes do fim de ano. O teor do depoimento do juiz não foi revelado. O UOL tenta falar com o juiz desde que o caso foi revelado, mas ele tem evitado a imprensa.

Caso seja punido administrativamente, ele pode sofrer desde uma simples advertência a aposentadoria compulsória (punição máxima para um juiz). Ele ainda poderá recorrer ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Em entrevistas ao UOL, funcionários e testemunhas disseram que o juiz agrediu verbalmente os funcionários com termos como "vagabundo" e "merda".

Até a manhã desta quarta-feira (17), o juiz não havia comparecido à 3ª Delegacia de Imperatriz, onde um procedimento foi aberto para investigar o suposto caso de crime ao consumidor, como denunciou o juiz. Sem a presença dele, a polícia não irá dar sequência ao caso.

OUTRAS CONFUSÕES

Para complicar ainda mais a situação do juiz, os corregedores informaram também que receberam outras denúncias contra o Marcelo Baldochi, e que serão abertas novas investigações.

"Eu não posso dizer [quais as denúncias] porque isso implicaria tomar decisões precipitadas ou pelo menos comprometer alguma coisa que não seja verdade. Isso merece um procedimento a parte, que não diz respeito ao caso presente, da TAM", afirmou o desembargador.

O juiz já é conhecido no Estado por se envolver em polêmicas. Em 2007, foi flagrado por fiscalização e denunciado por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda de sua propriedade. Dois anos depois, foi condenado a pagar direitos trabalhistas.

Em dezembro de 2012, também em Imperatriz, ele se negou a dar dinheiro a um flanelinha, discutiu com ele e acabou sendo esfaqueado. A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também informou que abriria uma representação contra o juiz por tratamento arrogante com advogados.

Também em 2012, o juiz negou indenização a cliente de uma companhia aérea que passou por situação semelhante no mesmo aeroporto, perdendo voo por conta de horário de finalização do check in.

O juiz Marcelo Baldochi voltou às atividades normais nesta segunda-feira (15), após ficar uma semana afastado por licença-luto por causa da morte de um familiar no Estado de São Paulo. Procurado mais uma vez pela reportagem, Baldochi não atendeu às ligações, nem respondeu às mensagens enviadas ao seu celular.

Tribunal afasta juiz que decretou prisão de funcionários da TAM

Juiz afastado Marcelo.]

O Tribunal de Justiça do Maranhão decretou nesta segunda feira, 19, abertura de Processo Administrativo Disciplinar e o afastamento do juiz Marcelo Testa Baldocci, da comarca da cidade de Senador La Roque, por condutas impróprias.

Segundo denúncia apurada por membros da Corte, o magistrado deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM no aeroporto da cidade de Imperatriz, no Maranhão

Durante depoimentos colhidos, funcionários afirmaram que Marcelo Baldocci quis embarcar em um avião mesmo encerrando o limite de tempo de procedimentos para embarque. O juiz se chateou e usou de sua função pública decretando a prisão dos funcionários que foram encaminhados para delegacia da Polícia Civil.

O corregedor em exercício do Tribunal de Justiça, desembargador Bayma Araújo, propôs o afastamento e teve o entendimento seguido por maioria dos membros da corte.

Audiência sobre morte do advogado Brunno Matos será nesta quarta 17

Será nesta quarta-feira (17) a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira.

A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, será às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

Mário Macieira atuará nesta quarta(17) na audiência do caso Bruno Matos

Tweetar

Acontecerá amanhã quarta-feira 17/12, às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Bruno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima,

Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados. O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram arroladas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Está habilitado para atuar no caso o presidente da OAB-Conselho Seccional do Maranhão, Mário Macieira, admitindo-se a intervenção da Ordem dos Advogados, já que a vítima Bruno Eduardo Matos Soares, ao tempo dos fatos encontrava-se devidamente inscrita na OAB.

No dia 23.10.2014 a Central de Inquéritos fez a remessa do Inquérito Policial nº 45938-74.2014.8.10.0001 (491842014) para o Setor de Distribuição e processo foi distribuído pela Central de Inquéritos no dia 23 de outubro de 2014 e atualmente na 2ª Vara do Tribunal do Júri, presidia pelo juiz Gilberto de Moura Lima.

Os crimes de homicídio e tentativa de homicídio ocorreram na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, na Rua dos Magistrados, bairro Olho d'Água. Consta nos autos que nessa data, por volta das 5h30, policiais militares ao tomarem conhecimento dos crimes deslocaram-se de imediato ao local, onde foram informados de que o autor seria Carlos Humberto Marão Filho, residente na mesma rua, próximo ao local do fato. Os policiais foram até a residência do suspeito e, ao tocarem a campainha da casa, foram recebidos por Carlos Marão que se encontrava com escoriações e sob o efeito de álcool, momento em que recebeu voz de prisão.

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado

Juiz Marcelo Baldochi foi afastado pelo TJJ

O juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Civil de Imperatriz, foi afastado na manhã de hoje pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

O afastamento se deu após conclusão da sindicância que apurava a conduta do magistrado, que deu voz de prisão a funcionários da TAM após ter sido impedido de embarcar, uma vez que chegou ao local com atraso.

O caso ganhou repercussão nacional e provocou reação imediata da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que rechaçaram a postura do juiz.

O juiz Marcelo Baldochi foi ouvido pelo desembargador Antônio Baima Araújo e pelos juízes corregedores Tyrone José Silva e José Américo. Com conduta considerada inadequada e incompatível com o exercício da magistratura, o juiz foi afastado de suas atividades.

Audiência sobre o assassinato de Brunno Matos será nesta quarta

Na imagem, familiares e amigos de Brunno Matos|

Será nesta quarta-feira (17) a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, será às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram arroladas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Está habilitado para atuar no caso o presidente da OAB-Conselho Seccional do Maranhão, Mário Macieira, admitindo-se a intervenção da Ordem dos Advogados, já que a vítima Brunno Eduardo Matos Soares, ao tempo dos fatos encontrava-se devidamente inscrita na OAB.

No dia 23.10.2014 a Central de Inquéritos fez a remessa do Inquérito Policial nº 45938-74.2014.8.10.0001 (491842014) para o Setor de Distribuição e processo foi distribuído pela Central de Inquéritos no dia 23 de outubro de 2014 e atualmente na 2ª Vara do Tribunal do Júri, presidia pelo juiz Gilberto de Moura Lima.

Os crimes de homicídio e tentativa de homicídio ocorreram na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, na Rua dos Magistrados, bairro Olho d'Água. Consta nos autos que nessa data, por volta das 5h30, policiais militares ao tomarem conhecimento dos crimes deslocaram-se de imediato ao local, onde foram informados de que o autor seria Carlos Humberto Marão Filho, residente na mesma rua, próximo ao local do fato. Os policiais foram até a residência do suspeito e, ao tocarem a campainha da casa, foram recebidos por Carlos Marão que se encontrava com escoriações e sob o efeito de álcool, momento em que recebeu voz de prisão.

No dia 23 de outubro a Central de Inquéritos de São Luís remeteu o inquérito policial do caso para o Setor de Distribuição do Fórum Des. Sarney Costa e inquérito foi distribuído para a 2ª Vara do Tribunal do Júri, presidia pelo juiz Gilberto de Moura Lima.

A requerimento do Ministério Público, no dia 06 de novembro, o magistrado determinou ao Instituto Médico Legal (IML) que encaminhasse os laudos das vítimas e exames complementares; exame toxicológico realizado em um dos acusados e o exame complementar em razão de lesões sofridas pelo acusado e descritas em laudo. O juiz determinou à Delegada Geral da Polícia Civil do Maranhão e ao Instituto de Criminalística (Icrim) a realização de reprodução simulada dos fatos e à Delegacia do 7º Distrito Policial a acareação entre as vítimas Alexandre Soares e Kelvin Chiang e o denunciado Diego Polary, além de providenciar as fitas de vigilância de todas as residências próximas ao local do crime, mostrando apenas as imagens do dia do fato.

A requerimento do Ministério Público, no dia 06 de novembro, o magistrado determinou ao Instituto Médico Legal (IML) que encaminhasse os laudos das vítimas e exames complementares; exame toxicológico realizado em um dos acusados e o exame complementar em razão de lesões sofridas pelo acusado e descritas em laudo. O juiz determinou à Delegada Geral da Polícia Civil do Maranhão e ao Instituto de Criminalística (Icrim) a realização de reprodução simulada dos fatos e à Delegacia do 7º Distrito Policial a acareação entre as vítimas

Alexandre Soares e Kelvin Chiang e o denunciado Diego Polary, além de providenciar as fitas de vigilância de todas as residências próximas ao local do crime, mostrando apenas as imagens do dia do fato.

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado do cargo

Juiz Marcelo Baldochi

Imparcial

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã desta quarta-feira (17). A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz.

Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz.

O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Entenda o caso:

O juiz da comarca de Senador La Rocque, no sul do Maranhão, Marcelo Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, no último sábado (6).

O magistrado chegou no aeroporto após o encerramento do check-in e queria embarcar, porém foi impedido pelos funcionários. Diante desta situação o juiz deu voz de prisão a ambos e acionou a Polícia Militar, que levou todos a uma delegacia na cidade.

Inconformado com a situação, Marcelo Baldochi disse a um funcionário da empresa aérea que esta-va ocorrendo um desrespeito ao direito do consumidor.

De acordo com uma testemunha que pre-senciou o ocorrido no local, o juiz chegou a entrar na área de embarque e deu voz de prisão ao fun-cionário, convocando um policial militar que estava no aeroporto para conduzir até a delegacia.

Diante deste fato, outros funcionários da TAM tentaram intervir e acabaram recebendo voz de pri-são também, totalizando assim três atendentes conduzidos ao Plantão da Polícia Civil.

Diante da repercussão que ganhou os fatos, o juiz Marcelo Baldochi que ainda não havia se mani-festado sobre o ocorrido do último sábado (6), prestou esclarecimentos na tarde de ontem.

"Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o chek-in em mãos, as 20h32 os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20 horas", relatou.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que não era problema dele, isolando-se numa sala da companhia. Apesar de insistir para que através do rádio tentasse o embarque, o funcionário disse que não o faria. Ainda assim, Marcelo informou ter registado às 20h42 horas uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente que não prestou informação alguma das razões e o que faria com os passageiros.

Por fim Marcelo Baldochi ainda afirma que "o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia. Sem rótulos. E na verdade, até quem não frequenta aeroportos sabe o quanto as empresas aéreas abusam, deixam de honrar com seus deveres", completou.

Para concluir ele ainda afirma: "Numa democracia um juiz ou gari, como consumidores, têm o direito a ser tratado com dignidade. Informado e tudo mais".

Apesar de ter perdido o voo pela TAM, o juiz e Camila Costa foram embarcados em outra companhia aérea e seguiram rumo ao seu destino final que era a cidade de Ribeirão Preto (SP).

Por meio de nota a companhia aérea enviou o seguinte comunicado: "A TAM informa que segue todos os procedimentos de embarque regidos pela Legislação do setor. A empresa informa ainda que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades".

O delegado regional de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, informou que não vai se pronunciar sobre o assunto até apurar melhor o caso. Já o delegado de plantão no momento do episódio, Marcelo Fernandes informou também não querer falar a respeito e não revelou os nomes dos funcionários da empresa e por quanto tempo ficaram na delegacia.

Histórico

O juiz Marcelo Baldochi tem histórico de ocorrência na Corregedoria de Justiça. Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condição de escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizar os trabalhadores.

Em dezembro de 2012, foi Baldochi a vítima. Ele se recusou a pagar R\$ 12 cobrados por um flanelinha (guardador de carros) e foi agredido a facadas e pauladas. Marcelo é do interior de São Paulo, e atua como juiz no Maranhão há mais de 10 anos.

Justiça afasta Marcelo Baldochi de suas funções e instaura procedimento administrativo

O Tribunal de Justiça do Maranhão afastou de suas funções, na manhã desta quarta-feira, 17, o juiz Marcelo Baldochi, protagonista de uma cena polêmica no aeroporto de Imperatriz, semana passada, quando mandou prender, sem razões, dois agentes da companhia aérea TAM após chegar atrasado para embarcar em voo.

A apuração foi feita pelo desembargador Bayma Araújo. Ele apresentou relatório e pediu instauração de procedimento administrativo disciplinar com imediato afastamento das funções judiciais.

Segundo Bayama, a decisão se deu por diversos motivos. A arbitrariedade das prisões não foram os únicos. Várias instâncias, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Magistrados, repudiaram a atitude que ganhou repercussão nacional.

"Jamais tinha sido humilhado dessa forma. Ser chamado de calhorda, de vagabundo, de pilantra", comentou o despachante de voo Argemiro Augusto.

Segundo a investigação da polícia, as câmeras do aeroporto mostram o momento da chegada do juiz Marcelo Baldochi ao balcão da companhia aérea, às 20h37. Os funcionários avisam que o check-in do voo para Ribeirão Preto, em São Paulo, havia sido encerrado quatro minutos antes. O juiz discute. "Tem que aprender a respeitar o consumidor", diz.

Irritado, dá voz de prisão aos atendentes. "Está preso em flagrante", afirma. Imagens de celular de outro passageiro mostram quando policiais levaram os dois funcionários pra delegacia. "Muito constrangedor. Todo mundo me olhando como se fosse um bandido. Não desejo isso para ninguém", afirma Alessandro.

Depois da confusão, Baldochi embarcou no avião de outra companhia. O juiz passou a semana inteira no interior de São Paulo, de licença por causa da morte de um parente. Ele ainda não apareceu na delegacia de Imperatriz para prestar depoimento.

Denúncia de trabalho escravo no Maranhão

No ano seguinte, uma fiscalização do Ministério do Trabalho apontou irregularidades em uma fazenda dele, também no Maranhão: 25 pessoas, incluindo um menor de idade, trabalhavam sem as mínimas condições de segurança e higiene. O caso foi mostrado em uma reportagem do Fantástico.

O nome do juiz chegou a ser incluído na lista nacional de fazendeiros acusados de usar trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Em 2007, Marcelo Baldochi assinou um termo de ajustamento de conduta em que se comprometeu a não maltratar os empregados e pagou R\$ 38 mil em direitos trabalhistas. Ao Fantástico, ele negou as acusações. "Creio que se eu não fosse juiz, não teria essa especulação do caso", disse na época.

Naquela época, o Conselho Nacional de Justiça determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão abrisse processo administrativo contra o juiz, mas uma liminar do Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão.

Representação da OAB

Segundo o CNJ, fora este processo, existem outros seis processos contra o juiz Baldochi que foram arquivados. Esta semana, a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma representação contra o juiz por causa de denúncias como humilhação e tentativas de dificultar o trabalho dos advogados na região. "Não dá para somar. As reclamações são muitas", revela o presidente da OAB de Imperatriz Malaquias Neves. "Tudo aí são antecedentes e talvez tenha outros casos que possibilitem, que nos obriguem a tomar providências legais com a abertura de novas investigações", afirma o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão Antonio Bayama Araújo.

Uma delas envolve o tabelião Robson Cordeiro, que recebeu uma ordem de prisão escrita à mão pelo juiz Marcelo Baldochi dias antes do episódio no Aeroporto de Imperatriz. Ele conta que se negou a entregar de graça a cópia de um documento porque o papel estava sem o selo de gratuidade impresso. "Eu sei que ele é um juiz, a gente tem que cumprir as determinações dele, mas não arbitrariamente dessa forma", diz o tabelião.

Robson foi liberado por falta de provas, mas diz que já encaminhou uma queixa ao Conselho Nacional de Justiça e vai processar o juiz por danos morais. A testemunha dele contra Baldochi é outro juiz. "Eu vou apenas narrar o que eu tomei conhecimento. Não podemos nos furtar a falar a verdade, ainda que seja contra um juiz que é do mesmo tribunal que eu pertença", conta o juiz Adolfo Pires.

Justiça afasta Marcelo Baldochi de suas funções e instaura procedimento administrativo

Atitude de Marcelo Baldochi recebeu críticas em todo o Brasil como abuso de poder

O Tribunal de Justiça do Maranhão afastou de suas funções, na manhã desta quarta-feira, 17, o juiz Marcelo Baldochi, protagonista de uma cena polêmica no aeroporto de Imperatriz, semana passada, quando mandou prender, sem razões, dois agentes da companhia aérea TAM após chegar atrasado para embarcar em voo.

A apuração foi feita pelo desembargador Bayama Araújo. Ele apresentou relatório e pediu instauração de procedimento administrativo disciplinar com imediato afastamento das funções judiciais.

Segundo Bayama, a decisão se deu por diversos motivos. A arbitrariedade das prisões não foram os únicos. Várias instâncias, como a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Magistrados, repudiaram a atitude que ganhou repercussão nacionalu.

"Jamais tinha sido humilhado dessa forma. Ser chamado de calhorda, de vagabundo, de pilantra", comentou o despachante de voo Argemiro Augusto.

Segundo a investigação da polícia, as câmeras do aeroporto mostram o momento da chegada do juiz Marcelo Baldochi ao balcão da companhia aérea, às 20h37. Os funcionários avisam que o check-in do voo para Ribeirão Preto, em São Paulo, havia sido encerrado quatro minutos antes. O juiz discute. "Tem que aprender a respeitar o consumidor", diz.

Irritado, dá voz de prisão aos atendentes. "Está preso em flagrante", afirma. Imagens de celular de outro passageiro mostram quando policiais levaram os dois funcionários pra delegacia. "Muito constrangedor. Todo mundo me olhando como se fosse um bandido. Não desejo isso para ninguém", afirma Alessandro.

Depois da confusão, Baldochi embarcou no avião de outra companhia. O juiz passou a semana inteira no interior de São Paulo, de licença por causa da morte de um parente. Ele ainda não apareceu na delegacia de Imperatriz para prestar depoimento.

Denúncia de trabalho escravo no Maranhão

No ano seguinte, uma fiscalização do Ministério do Trabalho apontou irregularidades em uma fazenda dele, também no Maranhão: 25 pessoas, incluindo um menor de idade, trabalhavam sem as mínimas condições de segurança e higiene. O caso foi mostrado em uma reportagem do Fantástico.

O nome do juiz chegou a ser incluído na lista nacional de fazendeiros acusados de usar trabalho escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Em 2007, Marcelo Baldochi assinou um termo de ajustamento de conduta em que se comprometeu a não maltratar os empregados e pagou R\$ 38 mil em direitos trabalhistas. Ao Fantástico, ele negou as acusações. "Creio que se eu não fosse juiz, não teria essa especulação do caso", disse na época.

Naquela época, o Conselho Nacional de Justiça determinou que o Tribunal de Justiça do Maranhão abrisse

processo administrativo contra o juiz, mas uma liminar do Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão.

Representação da OAB

Segundo o CNJ, fora este processo, existem outros seis processos contra o juiz Baldochi que foram arquivados. Esta semana, a Ordem dos Advogados do Brasil entrou com uma representação contra o juiz por causa de denúncias como humilhação e tentativas de dificultar o trabalho dos advogados na região. "Não dá para somar. As reclamações são muitas", revela o presidente da OAB de Imperatriz Malaquias Neves.

"Tudo aí são antecedentes e talvez tenha outros casos que possibilitem, que nos obriguem a tomar providências legais com a abertura de novas investigações", afirma o desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão Antonio Bayama Araújo.

Uma delas envolve o tabelião Robson Cordeiro, que recebeu uma ordem de prisão escrita à mão pelo juiz Marcelo Baldochi dias antes do episódio no Aeroporto de Imperatriz. Ele conta que se negou a entregar de graça a cópia de um documento porque o papel estava sem o selo de gratuidade impresso. "Eu sei que ele é um juiz, a gente tem que cumprir as determinações dele, mas não arbitrariamente dessa forma", diz o tabelião.

Robson foi liberado por falta de provas, mas diz que já encaminhou uma queixa ao Conselho Nacional de Justiça e vai processar o juiz por danos morais. A testemunha dele contra Baldochi é outro juiz. "Eu vou apenas narrar o que eu tomei conhecimento. Não podemos nos furtar a falar a verdade, ainda que seja contra um juiz que é do mesmo tribunal que eu pertença", conta o juiz Adolfo Pires.

TJ: JUIZ QUE DEU VOZ DE PRISÃO A FUNCIONÁRIOS DA TAM É AFASTADO, MAS CASO NÃO FOI ENCERRADO

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã desta quarta-feira (17). A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz. Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz. O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Entenda o caso: O juiz da comarca de Senador La Rocque, no sul do Maranhão, Marcelo Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, no último sábado (6). O magistrado chegou no aeroporto após o encerramento do check-in e queria embarcar, porém foi impedido pelos funcionários. Diante desta situação o juiz deu voz de prisão a ambos e acionou a Polícia Militar, que levou todos a uma delegacia na cidade.

Inconformado com a situação, Marcelo Baldochi disse a um funcionário da empresa aérea que estava ocorrendo um desrespeito ao direito do consumidor. De acordo com uma testemunha que presenciou o ocorrido no local, o juiz chegou a entrar na área de embarque e deu voz de prisão ao funcionário, convocando um policial militar que estava no aeroporto para conduzir até a delegacia. Diante deste fato, outros funcionários da TAM tentaram intervir e acabaram recebendo voz de prisão também, totalizando assim três atendentes conduzidos ao Plantão da Polícia Civil.

Diante da repercussão que ganhou os fatos, o juiz Marcelo Baldochi que ainda não havia se manifestado sobre o ocorrido do último sábado (6), prestou esclarecimentos na tarde de ontem. "Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o check-in em mãos, as 20h32 os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20 horas", relatou.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que não era problema dele, isolando-se numa sala da companhia. Apesar de insistir para que através do rádio tentasse o embarque, o funcionário disse que não o faria. Ainda assim, Marcelo informou ter registrado às 20h42 horas uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente que não prestou informação alguma das razões e o que faria com os passageiros.

Por fim Marcelo Baldochi ainda afirma que "o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia. Sem rótulos. E na verdade, até quem não frequenta aeroportos sabe o quanto as empresas aéreas abusam, deixam de honrar com seus deveres", completou. Para concluir ele ainda afirma: "Numa democracia um juiz ou gari, como consumidores, têm o direito a ser tratado com dignidade. Informado e tudo mais". Apesar de ter perdido o voo pela TAM, o juiz e Camila Costa foram embarcados em outra companhia aérea e seguiram rumo ao seu destino final que era a cidade de Ribeirão Preto (SP).

Por meio de nota a companhia aérea enviou o seguinte comunicado: "A TAM informa que segue todos os

procedimentos de embarque regidos pela Legislação do setor. A empresa informa ainda que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades".

O delegado regional de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, informou que não vai se pronunciar sobre o assunto até apurar melhor o caso. Já o delegado de plantão no momento do episódio, Marcelo Fernandes informou também não querer falar a respeito e não revelou os nomes dos funcionários da empresa e por quanto tempo ficaram na delegacia.

Histórico

O juiz Marcelo Baldochi tem histórico de ocorrência na Corregedoria de Justiça. Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condição de escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizar os trabalhadores.

Em dezembro de 2012, foi Baldochi a vítima. Ele se recusou a pagar R\$ 12 cobrados por um flane-linha (guardador de carros) e foi agredido a facadas e pauladas. Marcelo é do interior de São Paulo, e atua como juiz no Maranhão há mais de 10 anos.

De O Imparcial Compartilhe isso:

** Facebook*

** Twitter*

** Google*

** Tumblr*

** Imprimir*

** Email*

TJ-MA determina afastamento do juiz Marcelo Baldochi

Ele determinou prisão de funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

SÃO LUÍS - O pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) determinou, no fim da manhã desta quarta-feira (17), o afastamento do juiz titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi. O anúncio foi feito após a conclusão da sindicância que investigava a conduta do juiz, que ainda deve ser comunicado da decisão.

No início do mês, ele deu voz de prisão a funcionários da TAM, após ser impedido de embarcar ao chegar atrasado ao aeroporto de Imperatriz. O magistrado teria chegado atrasado para o embarque e não satisfeito, com a situação, deu voz de prisão aos atendentes, que foram conduzidos pela Polícia Militar do Maranhão (PM-MA).

Segundo relatos de uma pessoa que estava no local, o juiz chegou para embarcar, mas já tinha encerrada a chamada e a porta de embarque estava fechado há uns sete minutos. "Na hora que foi feita a chamada ele, ainda não tinha comparecido, e retiraram a bagagem dele. Quando se iniciou a confusão, ainda com o avião em solo, ele queria porque queria embarcar. Pediu para embarcar e para chamar o piloto, mas, pela lei, ele estava totalmente errado", disse uma testemunha.

Na época, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Gervázio Santos, se pronunciou sobre o episódio: "temos uma posição bem definida. O episódio deve ser apurado de forma isenta. Se, eventualmente, for constatado algum tipo de excesso, que seja aplicada as penalidades previstas. O magistrado é uma pessoa comum", disse Gervázio Santos.

Depoimento

Ontem (17), ele prestou depoimento a portas fechadas. Baldochi foi ouvido pelo desembargador Antônio Fernando Baima Araújo e, também, pelos os juízes corregedores, Tyrone José Silva e José Américo. Ao sair, ele não quis dar entrevista.

Caso similar

O juiz Marcelo Testa Baldochi foi o mesmo que julgou improcedente a ação de um passageiro da Gol Linhas Aéreas, que recorreu à Justiça, após ter perdido um voo de Imperatriz para São Luís, em 2012.

De acordo com o processo, publicado no Diário de Justiça do Estado do Maranhão no dia 7 de dezembro de 2012, a decisão do juiz Marcelo Baldochi foi favorável à companhia aérea. Ele alegou que "ao comprar uma passagem, o consumidor estabelece com a empresa um contrato de transporte".

O passageiro Caio Lopes Carvalho justificou que, no dia do embarque, havia chegado ao aeroporto de Imperatriz com meia hora de antecedência para fazer o check-in, e que a aeronave, nem, sequer havia pousado

na pista para o início do embarque dos passageiros.

Juiz Marcelo Baldochi é afastado pelo TJ-MA

A decisão foi anunciada após conclusão de sindicância contra o juiz.

IMPERATRIZ - O juiz Marcelo Testa Baldochi, da comarca de Senador La Rocque respondendo pela 4ª Vara Civil, em Imperatriz, foi afastado de suas funções pelo Tribunal de Justiça do Maranhão.

Anunciada, há pouco, a decisão foi tomada em reunião do pleno do TJ-MA, logo após a conclusão da sindicância aberta pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) no início desta semana para apurar a conduta do juiz.

Marcelo Baldochi foi alvo de sindicância depois de ter dado voz de prisão a dois funcionários da Transporte Aéreo Meridional (TAM), no aeroporto de Imperatriz após ser impedido de embarcar em um voo, para o qual chegou atrasado, caso que ganhou repercussão nacional. Foram quatro minutos de atraso.

Com a decisão do afastamento, será aberto um processo administrativo disciplinar para investigar outras denúncias contra o magistrado.

Nessa terça-feira (16), o juiz prestou depoimento aos juizes corregedores Tyrone José Silva e o José Américo e ao desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo.

Audiência sobre o assassinato do advogado ocorre nesta quarta-feira (17)

Audiência será realizada às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal do Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

SÃO LUÍS - A primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, morto na madrugada do dia 6 de outubro, será realizada nesta quarta-feira (17), às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal do Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados. A audiência também vai tratar sobre a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira.

Começa audiência sobre o assassinato do advogado Brunno

Audiência ocorre no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

SÃO LUÍS - A primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, morto na madrugada do dia 6 de outubro, está sendo realizada hoje (17), no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal do Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, também, diz respeito à tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram apresentadas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Caso Brunno Matos: audiência não tem previsão de término

Após audiência, será definido o (s) autor (es) dos crimes e o caso vai a júri popular.

SÃO LUÍS - Ainda não há previsão de término da primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares, morto na madrugada do dia 6 de outubro. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, está sendo realizada desde as 8h30 da manhã desta quarta-feira (17), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Foram convocadas 29 testemunhas para prestar depoimento. Também prestarão esclarecimento Alexandre Matos Soares (irmão do advogado assassinado), Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira; e os acusados Carlos Humberto Marão, o vigilante João José Nascimento Gomes e Diego Polary.

Logo no início da audiência, o assistente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cesar Freitas, elaborou um requerimento pedindo o cancelamento da audiência, alegando a falta de material comprobatório. O promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior, desconsiderou tal pedido e deu continuidade ao processo.

Após todos serem ouvidos, o juiz Gilberto de Moura Lima poderá definir o(s) autor/autores dos crimes e o caso vai a júri popular.

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado

O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O Tribunal de Justiça decidiu pelo afastamento do juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz. A decisão pelo afastamento do magistrado foi anunciada no final da manhã desta quarta-feira (17). A decisão foi apoiada no abuso de poder manifestada pelo juiz. Marcelo Baldochi deu voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM porque foi impedido de embarcar após ter chegado atrasado ao aeroporto da cidade de Imperatriz.

O caso não foi encerrado, será aberto um processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre esta ação e outras denúncias que o juiz já se envolveu.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a intenção é que o relatório seja finalizado antes do período.

Entenda o caso:

O juiz da comarca de Senador La Rocque, no sul do Maranhão, Marcelo Baldochi, deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea TAM, no último sábado (6). O magistrado chegou no aeroporto após o encerramento do check-in e queria embarcar, porém foi impedido pelos funcionários. Diante desta situação o juiz deu voz de prisão a ambos e acionou a Polícia Militar, que levou todos a uma delegacia na cidade.

Inconformado com a situação, Marcelo Baldochi disse a um funcionário da empresa aérea que esta-va ocorrendo um desrespeito ao direito do consumidor. De acordo com uma testemunha que presenciou o ocorrido no local, o juiz chegou a entrar na área de embarque e deu voz de prisão ao funcionário, convocando um policial militar que estava no aeroporto para conduzir até a delegacia. Diante deste fato, outros funcionários da TAM tentaram intervir e acabaram recebendo voz de prisão também, totalizando assim três atendentes conduzidos ao Plantão da Polícia Civil.

Diante da repercussão que ganhou os fatos, o juiz Marcelo Baldochi que ainda não havia se manifestado sobre o ocorrido do último sábado (6), prestou esclarecimentos na tarde de ontem. “Muitos se contentam com as aparências, permitindo que a fantasmagoria prevaleça sobre a razão. Mas a razão não admite equívocos! O voo marcado para as 21h02 admitia o embarque, segundo as normas de aviação civil e do que consta do próprio bilhete, 15 minutos antes da partida. Todavia, mesmo com o check-in em mãos, as 20h32 os passageiros Marcelo Baldochi e Camila Costa foram impedidos de embarcar sob a alegação de que deveriam estar no local às 20 horas”, relatou.

O magistrado ainda disse que o agente da TAM não prestou qualquer informação e disse que não era problema dele, isolando-se numa sala da companhia. Apesar de insistir para que através do rádio tentasse o embarque, o funcionário disse que não o faria. Ainda assim, Marcelo informou ter registrado às 20h42 horas uma ocorrência na Infraero/Anac, contra a companhia e seu agente que não prestou informação alguma das razões e o que faria com os passageiros.

Por fim Marcelo Baldochi ainda afirma que “o agente incorreu em ilícito civil e criminal, e toda e qualquer pessoa pode dar voz de prisão, chamar a polícia. Está na lei e ali se fazia presente um consumidor que exigia seus direitos. Essa é a democracia. Sem rótulos. E na verdade, até quem não frequenta aeroportos sabe o quanto as empresas aéreas abusam, deixam de honrar com seus deveres”, completou. Para concluir ele ainda afirma: “Numa democracia um juiz ou gari, como consumidores, têm o direito a ser tratado com dignidade. Informado e tudo mais”. Apesar de ter perdido o voo pela TAM, o juiz e Camila Costa foram embarcados em outra companhia aérea e seguiram rumo ao seu destino final que era a cidade de Ribeirão Preto (SP).

Por meio de nota a companhia aérea enviou o seguinte comunicado: “A TAM informa que segue todos os procedimentos de embarque regidos pela Legislação do setor. A empresa informa ainda que está colaborando e prestando todos os esclarecimentos às autoridades”.

O delegado regional de Imperatriz, Francisco de Assis Ramos, informou que não vai se pronunciar sobre o assunto até apurar melhor o caso. Já o delegado de plantão no momento do episódio, Marcelo Fernandes informou também não querer falar a respeito e não revelou os nomes dos funcionários da empresa e por quanto tempo ficaram na delegacia.

Histórico

O juiz Marcelo Baldochi tem histórico de ocorrência na Corregedoria de Justiça. Em 2011, ele foi denunciado por manter trabalhadores rurais em condição de escravidão, em sua fazenda, na cidade de Bom Jardim. Condenado, foi obrigado a indenizar os trabalhadores.

Em dezembro de 2012, foi Baldochi a vítima. Ele se recusou a pagar R\$ 12 cobrados por um flanelinha (guardador de carros) e foi agredido a facadas e pauladas. Marcelo é do interior de São Paulo, e atua como juiz no Maranhão há mais de 10 anos.

Com a manchete "Vidas Perdidas", o jornal publicou em sua capa os nomes das pessoas que perderam a vida neste ano

Autor da proposta, o desembargador Marcelino Everton

Os desembargadores que compõem, atualmente, a 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovaram moção de cumprimentos à direção do jornal O Imparcial, pela capa da edição de 15 de dezembro, que traz um alerta sobre o número recorde de assassinatos registrados na região metropolitana de São Luís em 2014.

Com a manchete "Vidas Perdidas", o jornal publicou em sua capa os nomes de todas as mais de mil pessoas que perderam suas vidas, vítimas da violência neste ano, segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão. O levantamento aponta 2014 como o ano mais violento da capital maranhense, e São Luís como a segunda cidade brasileira com maior registro de homicídios.

Autor da proposta, o desembargador Marcelino Everton, atual presidente da 4ª Câmara Cível, disse que será enviado expediente ao diretor de Redação de O Imparcial, Raimundo Borges, cumprimentando o periódico pelo que a própria publicação definiu como "chamamento a todos para uma tomada de atitude".

"Que sirva de reflexão para todos", resumiu Marcelino Everton, que recebeu manifestações de apoio dos desembargadores Jorge Rachid, Jamil Gedeon e do juiz Luiz Gonzaga Almeida Filho, substituto de 2º grau

Vítimas são ouvidas na primeira audiência de instrução e julgamento do caso Bruno

As vítimas do caso estão sendo ouvidas nesse momento.

Está sendo realizada na manhã desta quarta-feira, (17) a primeira audiência de instrução e julgamento do processo que investiga o assassinato do advogado Bruno Eduardo Matos Soares e da tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares e Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência ocorre na Segunda Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, e é presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, tendo como responsável pela acusação o promotor de Justiça Agamenom Batista de Almeida Junior.

As vítimas do caso estão sendo ouvidas nesse momento. Os acusados pelo inquérito que investiga o caso, Carlos Humberto Marão Filho e o vigilante João José Nascimento Gomes também estão presentes na audiência, além de Diego Polary, que é investigado por participação no crime.

Vinte e nove testemunhas foram colocadas à disposição da justiça, pelo Ministério Público, para ajudar no esclarecimento do caso. Até o fim do dia, quando os trabalhos da audiência deverão ser finalizados, 40 pessoas serão ouvidas entre vítimas, acusados e testemunhas. Após as vítimas, deverão ser ouvidas as testemunhas e por últimos os acusados.

Quem também está acompanhando a audiência é a OAB-Conselho Seccional no Maranhão, por meio do presidente, Mário Macieira, que se encontra habilitado para atuar no caso, já que Bruno encontrava-se devidamente inscrito na instituição.

Entenda o caso

O advogado Bruno Eduardo Matos, de 29 anos, foi assassinado na madrugada do dia 6 de outubro, em uma residência no bairro do Olho d'Água, em São Luís. Além de Bruno, mais duas pessoas foram feridas e chegaram a ser hospitalizadas em estado grave: Alexandre Soares, irmão do advogado, e Kelvin Chiang. Os dois atualmente estão bem.

Os principais suspeitos, Carlos Humberto Marão Filho, de 38 anos, e o vigilante João José Nascimento Gomes, estão presos e devem continuar detidos até o fim das investigações. Um terceiro nome, Diego Polary, também está sendo investigado sob suspeita de participação no crime.

Corregedoria da Justiça do Maranhão institui o projeto Petição 10 Sentença 10 (que defendo, há muito tempo, em meu curso de Redação de Inicial)

Alinhar a celeridade processual com a preservação ambiental, gerando economia financeira para a organização. Esse é o objetivo do projeto Petição 10 Sentença 10, instituído pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão nesta quinta-feira (11). A iniciativa foi desenvolvida pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Sul e recebeu adesão de instituições maranhenses ainda no primeiro semestre de 2014.

A finalidade do projeto é orientar para a diminuição no uso de recursos utilizados na elaboração das peças processuais (petição, manifestação, denúncia, sentença). A proposta é que cada operador do direito, ao elaborar seu documento, busque estabelecer um limite de 10 páginas, salvo os casos em que se necessite de manifestações mais aprofundadas.

Para a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a menor quantidade de páginas para serem analisadas vai permitir mais agilidade no andamento dos processos. “O processo passa por diversas análises dos operadores do Direito até o seu julgamento. O que pretendemos é racionalizar, é trazer para o processo apenas aquilo que não pode ficar fora da análise”, explica.

Nelma Sarney também assegura que não haverá prejuízo nem mesmo cerceamento a livre manifestação dos operadores do Direito. “O projeto não pretende impor como regra o limite de dez páginas. O que se espera é uma reflexão sobre os altos impactos financeiros e ambientais que a ‘cadeia processual’ gera e a partir daí passarmos a desenvolver nosso trabalho com eficiência ao mesmo tempo em que contribuimos para o equilíbrio do meio ambiente”, concluiu a corregedora.

No Maranhão, já aderiram ao Petição 10 Sentença 10 a Corregedoria da Justiça, Ministério Público, Procuradoria Geral, Defensoria Pública Associação dos Magistrados (AMMA) e Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam).

Meio ambiente - O projeto tem como base a mudança de cultura e comportamento frente aos recursos naturais disponíveis e busca despertar para a necessidade de manutenção de um meio ambiente em equilíbrio. Com a adoção do Petição 10 Sentença 10 menos folhas de papel serão gastas, resultando, também, em menor consumo de energia elétrica. Convém destacar que a produção de papel e energia elétrica depende de recursos naturais, gerando grande impacto ambiental.

Economia - Não é somente o meio ambiente que sente os benefícios do projeto. Também há uma economia financeira direta para aquele que adere à ideia e passa a consumir de forma consciente, economizando papel e tinta de impressão. Os gastos com energia elétrica também caem, pois o consumo da impressora é maior quando ela está “em trabalho”. Também é possível instalar uma fonte especial com “microfuros” (ecofont) para a produção textual que permite economizar até 30% nas impressões.

Curiosidades - A produção de uma tonelada de papel consome de duas a três toneladas de madeira. A produção de 1 kg de papel consome 540 litros de água e as plantações extensivas de eucalipto para produção de celulose esgotam os recursos hídricos ressecando o solo e reduzindo drasticamente a biodiversidade. Além disso, o branqueamento do papel, no Brasil, é feito com o uso, entre outros produtos, de dióxido de cloro, que libera

dioxinas, substâncias comprovadamente cancerígenas.

Adesão - O projeto "Petição 10, Sentença 10" foi desenvolvido pelo Núcleo de Inovação e Administração Judiciária da Escola Superior da Magistratura e pelo Programa de Proteção Ambiental Ecojus, ambos do Judiciário gaúcho. A adesão é simples e não necessita de investimento financeiro, bastando apenas uma solicitação, que pode ser encaminhada para a Corregedoria da Justiça do Rio Grande do Sul. O uso da Ecofont pode ser adotado, inclusive, no dia a dia na elaboração dos demais documentos judiciais e administrativos.

AFASTADO DO TJ-MA JUIZ QUE DEU VOZ DE PRISÃO A FUNCIONÁRIOS DA TAM

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu afastar preventivamente de suas funções o juiz da 4ª Vara Civil de Imperatriz, Marcelo Baldochi, acusado de abuso de autoridade contra funcionários da TAM; por decisão do Tribunal de Justiça, o magistrado ficará afastado de suas funções até o fim da sindicância que está sendo realizada pela Corregedoria de Justiça; Baldochi deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea, no início de dezembro, após chegar atraso para embarque

17 DE DEZEMBRO DE 2014 ÀS 17:06

Blog do Jorge Vieira - O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, nesta quarta-feira (17), afastar preventivamente de suas funções o juiz da 4ª Vara Civil de Imperatriz, Marcelo Baldochi, acusado de abuso de autoridade contra funcionários da TAM.

Por decisão do Tribunal de Justiça, o magistrado ficará afastado de suas funções até o fim da sindicância que está sendo realizada pela Corregedoria de Justiça. Baldochi deu voz de prisão a três funcionários da companhia aérea, no início de dezembro, após chegar atraso para embarque.

O magistrado havia prestado depoimento à Corregedoria na última terça-feira (16). Junto com ele foram ouvidas também cinco testemunhas e os três funcionários que foram detidos por ordens do juiz.

A conclusão preliminar informada pela comissão é que o juiz excedeu o seu direito ao mandar prender os funcionários. A Corregedoria tem prazo de 30 dias para concluir a sindicância.

"Que houve abuso está claro. Isso é fato. Contra fato não há contestação", disse o desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo, que preside a comissão, em entrevista à TV Mirante.

Baldochi, ao que tudo indica sofrerá penalidade administrativa, que vai desde uma simples advertência a aposentadoria compulsória (punição máxima para um juiz).

Afastado juiz que determinou prisão de funcionários da TAM no MA

O juiz Marcelo Baldochi, titular da 4ª Vara Cível de Imperatriz, no Maranhão, foi afastado do cargo por abuso de poder após dar voz de prisão aos funcionários da TAM que o impediram de embarcar por atraso.

A decisão pelo afastamento foi anunciada na manhã desta quarta-feira (17) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), após conclusão de sindicância da Corregedoria de Justiça (CGJ-MA), que apurou a conduta do magistrado. Baldochi poderá recorrer, mas permanecerá afastado do cargo até que haja nova decisão.

A assessoria do TJ-MA informou por telefone ao G1 que o juiz, mesmo afastado, continuará recebendo o salário, conforme a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Marcelo Baldochi não quis comentar o assunto. Saiba mais

De acordo com o TJ-MA, será aberto processo administrativo disciplinar para a investigação final sobre o caso e para outras denúncias que a sindicância já recebeu em relação a Marcelo Baldochi.

O prazo para conclusão das investigações da comissão é de no máximo 30 dias, mas a previsão é de que o relatório seja entregue antes do fim do ano.

Entenda

Três funcionários da TAM foram levados para o Plantão Central da Polícia Civil de Imperatriz após terem recebido ordem de prisão do juiz, que havia sido impedido de entrar na aeronave minutos após os procedimentos de embarque terem sido encerrados.

Em 2007, fiscais do Ministério do Trabalho resgataram 25 pessoas que trabalhavam em situação análoga à escravidão na fazenda do magistrado, em Açailândia, no Maranhão. Eles não tinham carteira assinada e nem as mínimas condições de segurança e de higiene.

Na época, Baldochi teria assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por meio do qual se comprometeu "a não maltratar empregados". Ele pagou R\$ 38 mil em direitos trabalhistas.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já representou contra o juiz por denúncias de "humilhação" e "tentativas de dificultar o trabalho dos advogados na região".

De acordo com o presidente da OAB-MA Mário Macieira, são recorrentes as denúncias contra Baldochi por desrespeito às prerrogativas do advogado. Ele afirma que seccional protocolará nova representação ao CNJ contra o magistrado.

Testemunhas começam a ser ouvidas em audiência do Caso Brunno

Teve início por volta das 8h30 desta quarta-feira (17), a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. O primeiro a ser ouvido foi Wesley Carvalho de Oliveira. Neste momento, Alexandre Matos Soares presta depoimento. A previsão é que os trabalhos desta segunda sejam encerrados no fim da tarde.

Primeira audiência do caso Brunno Soares

(Foto: João Ricardo Barbosa / G1)

A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, está sendo realizada no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís.

Na madrugada de 6 de outubro, o advogado foi ferido a facadas durante uma briga após a festa de comemoração da eleição do senador Roberto Rocha (PSB). Brunno Eduardo Matos Soares morreu a caminho do hospital. O irmão dele, Alexandre, e o amigo, Kelvin, ficaram feridos.

Carlos Humberto Marão Filho, vizinho das vítimas, foi preso suspeito de ter assassinado o advogado. Posteriormente, o vigilante João José Nascimento Gomes se apresentou como autor do crime, mas voltou atrás e pediu proteção à Ordem dos Advogados do Brasil Seção Maranhão (OAB-MA). Uma outra linha de investigação apura a participação do estudante Diego Polary, que teria sido indicado por testemunhas.

saiba mais

- * Vigilante que confessou assassinato do advogado Brunno Soares é preso*
- * Vigilante nega ter assassinado advogado e pede segurança à OAB*
- * Vigilante assume autoria por morte de advogado após festa de eleição no MA*
- * Pai de advogado assassinado diz que não vai 'engolir' inquérito*
- * Mãe de vigia denuncia que filho foi coagido, diz presidente da OAB-MA*
- * Advogado é morto após comemorar eleição de senador no MA*

TJ afasta juiz que mandou prender funcionários da TAM

O juiz Marcelo Baldochi, da Comarca de Imperatriz, foi afastado das funções. Ele é acusado de abuso de poder ao determinar a prisão de dois funcionários da companhia aérea TAM, que trabalham no aeroporto de Imperatriz.

Ele voltou ao trabalho na segunda-feira depois de alguns dias de licença e ontem (16) foi ouvido por uma comissão especial destacada pela presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão. A decisão do afastamento foi determinada no final da manhã, na última sessão administrativa ordinária antes do recesso do Judiciário.

Esta decisão será publicada no Diário Oficial da União. Assim, o juiz poderá se defender em processo administrativo que já foi aberto pelo TJ.

Os funcionários da companhia aérea já prestaram depoimento.

Audiência sobre o assassinato do advogado será nesta quarta-feira

Advogado Brunno Eduardo Matos Soares|

Será nesta quarta-feira (17) a primeira audiência de instrução e julgamento do processo referente ao assassinato do advogado Brunno Eduardo Matos Soares e a tentativa de homicídio contra Alexandre Matos Soares, Kelvin Chiang e Wesley Carvalho de Oliveira. A audiência, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima, será às 8h30, no salão de sessões da 2ª Vara do Tribunal Júri, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Serão ouvidas as vítimas, inquiridas as testemunhas e interrogados os acusados.

O processo tem como acusados Carlos Humberto Marão Filho, João José Nascimento Gomes e Diego Henrique Marão Polary. Foram arroladas pelo Ministério Público e a defesa dos acusados 30 testemunhas. A acusação fica a cargo do promotor de justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

Está habilitado para atuar no caso o presidente da OAB-Conselho Seccional do Maranhão, Mário Macieira, admitindo-se a intervenção da Ordem dos Advogados, já que a vítima Brunno Eduardo Matos Soares, ao tempo dos fatos encontrava-se devidamente inscrita na OAB.

No dia 23.10.2014 a Central de Inquéritos fez a remessa do Inquérito Policial nº 45938-74.2014.8.10.0001 (491842014) para o Setor de Distribuição e processo foi distribuído pela Central de Inquéritos no dia 23 de outubro de 2014 e atualmente está na 2ª Vara do Tribunal do Júri, presidida pelo juiz Gilberto de Moura Lima.

Os crimes de homicídio e tentativa de homicídio ocorreram na madrugada do dia 06 de outubro de 2014, na Rua dos Magistrados, bairro Olho d'Água. Consta nos autos que nessa data, por volta das 5h30, policiais militares ao tomarem conhecimento dos crimes deslocaram-se de imediato ao local, onde foram informados de que o autor seria Carlos Humberto Marão Filho, residente na mesma rua, próximo ao local do fato. Os policiais foram até a residência do suspeito e, ao tocarem a campainha da casa, foram recebidos por Carlos Marão que se encontrava com escoriações e sob o efeito de álcool, momento em que recebeu voz de prisão.

A requerimento do Ministério Público, no dia 06 de novembro, o magistrado determinou ao Instituto Médico Legal (IML) que encaminhasse os laudos das vítimas e exames complementares; exame toxicológico realizado em um dos acusados e o exame complementar em razão de lesões sofridas pelo acusado e descritas em laudo. O juiz determinou à Delegada Geral da Polícia Civil do Maranhão e ao Instituto de Criminalística (Icrim) a realização de reprodução simulada dos fatos e à Delegacia do 7º Distrito Policial a acareação entre as vítimas Alexandre Soares e Kelvin Chiang e o denunciado Diego Polary, além de providenciar as fitas de vigilância de todas as residências próximas ao local do crime, mostrando apenas as imagens do dia do fato.

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado nesta quinta (18)

Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos|Acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique|

Acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique|

Será submetido a júri popular nesta quinta-feira (18), o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho-d'Água. De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou. O réu atirou mais duas vezes, atingindo o tórax e as costas do jovem que caiu, sendo que o denunciado desferiu um terceiro tiro que também atingiu as costas do rapaz.

Após o crime, Veudacy Guterres saiu do local e foi para o seu apartamento, onde foi preso em flagrante por policiais militares, tendo confessado a prática do homicídio, entregando, inclusive, a arma do crime, que estava sobre um móvel da sala.

Interrogado em juízo, o acusado afirmou que matou a vítima por que há quatro anos o jovem o vinha ameaçando, mas afirmou não ter registrado na polícia nenhuma das ameaças. Disse que andava armado porque tinha medo de morrer e que a arma que utilizou não era legalizada. Negou ter premeditado o crime.

Casa Lar de Paço do Lumiar recebe visita de juízas e promotoras

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Visita à casa abrigo

As juízas Jaqueline Reis Caracas e Vanessa Clementino, titulares das 1ª e 2ª varas de Paço do Lumiar, fizeram uma visita à Casa Lar Sagrada Família, em Paço do Lumiar, entidade funciona como um abrigo para menores. Na oportunidade as magistradas levaram presentes de natal e promoveram lanche especial.

Foi uma visita que serviu para, além de conhecermos a atual situação do abrigo, levar um pouco de solidariedade para as crianças que lá se encontram. Foram gratificantes os momentos que passamos lá, destacou Jaqueline Caracas. A visita contou ainda com a participação das promotoras de Justiça Gabriela Brandão da Costa Tavernard (1ª Vara) e Raquel Pires de Castro (2ª Vara), além do conselheiro tutelar Rubens, de comissário de menores, assistente social e alguns servidores.

Sobre o abrigo A casa é administrada pelo Lar Calábria e subsidiado pela Prefeitura de Paço do Lumiar, em um exemplo bem sucedido de dar um mínimo de dignidade para as crianças e adolescentes que lá se encontram em situação de abrigo temporário. O trabalho com os acolhidos é semelhante ao que o Abrigo desenvolve, em cada Casa Lar há um casal social que acompanha as crianças e adolescentes em tempo integral e uma mãe social substituta.

Os acolhidos estão matriculados e frequentam a escola da rede pública. Alguns acolhidos fazem cursos de iniciação profissionalizante no CESJO (Centro de Educação São José Operário), que fica em São Luis e pertence à Congregação.

Aos finais de semana os acolhidos fazem catequese ou crisma na própria comunidade religiosa próxima a Casa Lar. Alguns fazem escolinha de futebol aos sábados. O abrigo proporciona, ainda, passeios mensais com todos os acolhidos visando à maior integração tanto dos acolhidos quanto dos colaboradores.

Emoção marca entrega de presentes para 190 crianças em escolas do Tagipuru e Vinhais

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

Em escola do Tagipuru, menino se emociona ao receber bicicleta entregue pelo Papai Noel

As 190 crianças adotadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), na Campanha Papai Noel dos Correios, receberam nesta terça-feira (16), os presentes doados pelos servidores e magistrados do Judiciário. Alegria e emoção marcaram a entrega feita pela equipe da Assessoria de Comunicação e funcionários de outros setores, em duas escolas públicas localizadas nos bairros Tajipuru e no Recanto dos Vinhais. (Veja álbum abaixo e mais fotos na página do TJMA no Facebook).

O Tribunal foi a primeira instituição a aderir à nova edição da campanha que, pelo terceiro ano consecutivo, sob a coordenação da Assessoria de Comunicação da Presidência, mobiliza os diversos setores.

Neste ano, os pedidos foram enviados em cartinhas escritas e desenhadas por 101 alunos da UEB Honório Odorico (Tajipuru) e outros 89 da UEB Dr. Oliveira Roma (Recanto dos Vinhais). Nas duas escolas os alunos fizeram apresentações culturais enfocando o sentido do Natal.

Bastante surpreso, Enzo Márcio, de 5 anos, morador do Tajipuru, foi um dos presenteados com as diversas bicicletas doadas.

Artur Magalhães, de 6 anos, fez um agradecimento especial aos padrinhos e madrinhas pelos presentes. Corais formados por crianças das diversas turmas entoaram músicas natalinas na UEB Honório Odorico (Tajipuru), onde a diretora, Maria dos Santos, destacou a iniciativa e a mobilização dos servidores e magistrados para presentear as crianças, cujos pais, pela condição financeira e social, muitas vezes não dispõem de recursos para realizar um desejo de Natal.

Estou feliz de ver que cada cartinha é atendida com aquilo que a criança pediu, disse a dona de casa Luciane Garcez, mãe de um dos alunos presenteados.

Na UEB Oliveira Ramos, meninos e meninas encenaram um Alto de Natal e ficaram encantados com a visita do Papai Noel dos Correios. Em três anos, é a primeira vez a escola é atendida. Estamos felizes e agradecidos aos servidores do TJMA por essa atitude que alegra os nossos alunos, afirmou a diretora, Graça Saldanha.

CAMPANHA - A campanha Papai Noel dos Correios existe há mais de 20 anos e, além de estimular a solidariedade dos empregados dos Correios e da sociedade, desenvolve a habilidade de redação de carta, de endereçamento, uso do CEP (Código de Endereçamento Postal) e do selo postal.

Os apadrinhados são crianças da comunidade com até 10 anos, que escreverem diretamente para o Papai Noel; crianças matriculadas na rede pública de ensino desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental (independente da idade), ou que estejam em instituições parceiras com creches, orfanatos, abrigos e núcleos

socioeducativos. Todas em situação de vulnerabilidade social.

Desde 2010, o Papai Noel dos Correios está alinhado a um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: Educação Básica de qualidade para todos. Atualmente, a maioria das cartas são oriundas de um trabalho pedagógico feito em escolas da rede pública, creches, orfanatos, abrigos e núcleos socioeducativos.

Comarca de Pedreiras promove entrega de brinquedos arrecadados com campanha

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Campanha em Pedreiras

O Poder Judiciário promoveu na manhã desta terça-feira, dia 16, o primeiro dia da entrega dos brinquedos arrecadados na campanha Natal Solidário, que tem como objetivo presentear crianças com faixa etária de 3 a 5 anos de idade. As crianças contempladas estão matriculadas no Jardim de Infância Professor Maçarico, que fica na Vila das Palmeiras, em Pedreiras. A ação foi realizada na Loja Maçônica Gonçalves Ledo, em Pedreiras. Foram arrecadados com a campanha mais de mil brinquedos, doações em dinheiro depositadas na conta poupança.

A entrega contou com uma programação especial, com atividades recreativas, com a presença de Papai Noel, Palhaço e personagens infantis (Galinha Pintadinha, Emília, Chiquinha), além apresentação de coral infantil, e brincadeiras com pula-pula e escorregador inflável e oficina de pinturas, além da distribuição de lanches às crianças. Ao final do evento foram distribuídos 150 kits de brinquedos às crianças presentes, inclusive, crianças da comunidade local.

A iniciativa foi do juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara de Pedreiras e diretor do Fórum, e contou com o apoio dos magistrados e servidores da Comarca de Pedreiras, dos advogados da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Pedreiras, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública Estadual, Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale, Secretaria de Educação de Pedreiras, Secretaria de Cultura de Pedreiras, Secretaria de Assistência Social de Lima Campos, Sistema Cidade de Comunicação, TV Rio Flores, e empresas locais.

Policiais do 19º Batalhão da PM em Pedreiras também auxiliaram na segurança do evento, que contou ainda com o apoio de comunicadores locais e autoridades políticas da região. A ação da campanha Natal Solidário prossegue na quarta, 17, às 16:00 horas, no Auditório Kleber Branco, situado no bairro Aeroporto em Trizidela do Vale, e contemplará os 250 alunos matriculados na Educação Infantil do Complexo Educacional Messias Rodrigues, do bairro Baixada, contando com as atrações infantis contratadas pelo Fórum de Pedreiras e por parceiros do evento.

A campanha Natal Solidário tomou uma proporção impressionante após a divulgação pela imprensa local, logrando sensibilizar a comunidade e viabilizar a adesão de grande número de empresários e políticos locais, além da população em geral, que compreendeu a mensagem de solidariedade expressada pela iniciativa, destacou Marco Adriano. Segundo ele, a campanha ultrapassou os muros do Fórum de Pedreiras e se foi abraçada pela sociedade. É um evento que não tem qualquer vinculação ou motivação político-partidária, reunindo os mais diversos grupos sociais e políticos da região numa só força e com um único objetivo: proporcionar um Natal mais feliz às crianças das cidades integrantes da Comarca de Pedreiras, ressaltou.

O encerramento da campanha será no próximo sábado, dia 20, no Estádio Pilizão, em Pedreiras, aberto para o público em geral. Será realizado um show natalino, com atrações artísticas locais e sorteio de brindes, além da chegada do Papai Noel em helicóptero, cedido por um dos apoiadores do evento. Os brinquedos doados poderão

ser entregues no Fórum de Pedreiras e a campanha terá, ainda, os seguintes pontos de arrecadação de brinquedos, entre os quais: Promotoria de Justiça em Pedreiras; Agência do Banco do Brasil de Pedreiras; Rádio Cidade FM de Pedreiras; Mearim Motos; Faculdade São Francisco FAESF.

Comarca de Santa Luzia do Paruá recebe Comissão Sentenciante Itinerante

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Juiz Rodrigo Nina em audiência

A Comarca de Santa Luzia do Paruá recebeu a visita da Comissão Sentenciante Itinerante, no período de 09 a 12 de dezembro, para a realização de mais uma etapa do projeto Estante Vazia. Na coordenação dos trabalhos da comissão, a juíza Maria Francisca Galiza, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça. Além do juiz Rodrigo Nina, titular da comarca, integraram os trabalhos os magistrados Gustavo Henrique Silva Medeiros, Larissa Rodrigues Tupinambá Castro, e Tereza Cristina Palhares.

De acordo com informações do grupo de trabalho, o formato do mutirão ocorreu com 04 (quatro) pautas de audiências simultâneas, sempre com início as 08h da manhã e termino às 17h30min. Foram realizadas durante as ações da comissão audiências Criminais, Cíveis e Juizado Especial. Para realização das atividades foi firmada uma parceria com o Ministério Público, representado pelos promotores de Justiça Hagamenon de Jesus Azevedo, titular da comarca, André Charles Alcântara Martins Oliveira, Renato Madeira Reis e Lucio Leonardo Froz Gomes.

Cabe ressaltar o empenho e excelência do trabalho realizado pela equipe de trabalho da Comarca, sendo adotada pela Comissão Sentenciante Itinerante a rotina disposta pelos servidores daquela unidade judicial para realização de Mutirão, destacou Rodrigo Nina.

O mutirão apresentou um total de 174 audiências, das quais foram realizadas 474 oitivas, proferidos 39 despachos, 86 decisões e 69 sentenças em banca. Paralelo a isso, também foram realizadas análises processuais, com o objetivo de dar impulso oficial, resultando na análise de outros 164 processos, sendo proferidas 95 decisões, 38 despachos e mais 31 sentenças. Aconteceram, ainda, duas sessões do Tribunal do Júri, com casos de repercussão local e que a comunidade aguardava ansiosamente por uma resposta da Justiça. Por causa disso, as sessões receberam grande número de populares interessados nos casos.

Integrando a equipe do mutirão, a juíza Larissa Rodrigues Tupinambá Castro analisou os trabalhos. Participar do Mutirão em Santa Luzia do Paruá foi gratificante. A Secretaria da Vara estava completamente envolvida com o movimento e engajada no propósito, o que possibilitou resultados efetivos. As audiências foram realizadas e as partes saíram satisfeitas pelo andamento de seus processos.

Ela destacou ainda, que os advogados também vestiram a camisa e junto com os promotores de comarcas vizinhas possibilitaram o exercício pleno do contraditório. Afora isso, o exame de diferentes feitos, por vários juízes empenhados neste propósito, permitiu o saneamento e a celeridade tão propagados e perseguidos na Justiça. Louvável, pois, a iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça.

A juíza Tereza Cristina Franco Palhares, afirmou que a comissão encerra os trabalhos deste ano na Comarca de Santa Luzia do Paruá apresentando resultados positivos. Destaco a estrutura do Fórum, o empenho e o compromisso dos servidores da Comarca, além da parceria do Ministério Público e dos advogados, que foram

incansáveis nos três dias em que as audiências e sessões do júri ocorreram. O feedback dado pelos advogados e pelos jurisdicionados mostrou que o Projeto Estante Vazia muito tem contribuído para uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

Também participaram dos trabalhos os servidores Hayla Vanessa Araujo Castelo Branco, Coordenadora de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau, Jorge Bezerra Ewerton Martins, Analista Judiciário, e Raquel de Arruda Brito, Assessora de Juíza.

Juiz Marcelo Baldochi é afastado preliminarmente pelo TJMA

Publicado por João Gonçalves da Silva e mais 1 usuário - 4 horas atrás

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (17), o juiz 4ª Vara Cível da comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldocci, com a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD), para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no dia 6 de dezembro no aeroporto de Imperatriz, quando o magistrado deu voz de prisão a funcionários de uma empresa aérea após não ter conseguido embarcar em vôo com destino a Ribeirão Preto (SP). O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

O desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu as investigações da sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea, manifestando-se pela instauração do PAD com afastamento preventivo, por entender que a permanência do magistrado no cargo, ante a instalação de um estado de pânico, poderia influenciar e atrapalhar o curso das investigações.

Durante a investigação preliminar, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldocci.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do Ministério Público e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras.

“Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante”, frisou o desembargador.

Os desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Jorge Rachid votaram contra o afastamento e instauração do PAD, por entenderem que a medida nesse momento representaria cerceamento de defesa.

TJMA elege desembargador Lourival Serejo por unanimidade para o TRE

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 4 horas atrás

Lourival Serejo ocupará a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral (Foto: Ribamar Pinheiro)

O desembargador Lourival Serejo foi eleito, por unanimidade, nesta quarta-feira (17), membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O magistrado irá ocupar a vaga do desembargador Froz Sobrinho, atual presidente da Corte Eleitoral, cujo biênio se encerrará no dia 25 de fevereiro.

Ao término da votação, o futuro membro do Tribunal Regional Eleitoral, categoria Desembargador, agradeceu a todos pela receptividade ao seu nome, especialmente aos desembargadores Froz Sobrinho, a quem parabenizou pelo que definiu como brilhante administração; Guerreiro Junior, atual corregedor do TRE; Raimundo Barros, pelo espírito conciliador ao desistir de concorrer à vaga; e a Cleonice Freire, presidente do TJMA, pela confiança depositada.

É uma satisfação muito grande, responsabilidade muito grande de ir para o TRE nesse momento em que se fala de reforma política, de estar lá participando desse movimento de ação cívica nacional, comemorou Lourival Serejo, que considerou sua eleição unânime um presente de Natal dado pelos colegas da Corte.

NOMEAÇÃO Os desembargadores Froz Sobrinho e Ricardo Duailibe também destacaram a nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, nesta terça-feira (16), dos advogados Eduardo Moreira e Daniel Leite como membros efetivos do TRE/MA, categoria Jurista, para o próximo biênio.

Judiciário em Tuntum realiza etapa do projeto Justiça Itinerante

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

O juiz Edmilson da Costa Lima, titular da 1ª Vara de Tuntum, está coordenando os trabalhos do projeto Justiça Itinerante. As atividades, que tiveram início no dia 15, estão sendo realizadas no termo judiciário de Santa Filomena do Maranhão e seguem até esta quinta-feira, dia 18. Os trabalhos acontecem na Escola Maria do Carmo Barbosa de Sousa.

De acordo com o magistrado, essa é a primeira vez que o projeto acontece na comarca e o objetivo é realizar audiências relacionadas às matérias de registros públicos (nascimento, casamento e óbito etc.), família (divórcio, reconhecimento e/ou dissolução de união estável etc.) e Juizado Especial Cível e Criminal.

Também acontecem durante o projeto: casamento comunitário, consultoria/assessoria por advogado/procurador do Município, expedição carteiras de identidade (RG), palestras, orientações sobre prestação de serviço público em geral (água, luz), entre outras ações, de modo a contribuir para a melhoria da prestação do serviço estatal.

Através de parcerias, o Projeto Justiça Itinerante vem contribuindo para promover a inclusão social no Município de Santa Filomena e aproximar a Justiça dos jurisdicionados, em especial os mais carentes, visando o acesso da população ao Poder Judiciário, ressaltou o magistrado.

Visando celeridade no processamento dos atos processuais, o projeto Justiça Itinerante conta com a parceira dos servidores judiciários, promotor de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, procurador do Município/advogados, da Serventia Extrajudicial do 2o Ofício deste Município, da Prefeitura do Município de Santa Filomena, CEMAR e CAEMA. Outros serviços oferecidos à população são divórcio litigioso, divórcio consensual, ação de retificação ou suprimimento ou restauração de registro civil, e ações que envolvem alimentos.

Tribunal de Justiça julga 130 processos em sessão itinerante na UFMA

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Os estudantes de Direito da UFMA participaram da sessão (Foto:Ribamar Pinheiro)

Com o objetivo de aproximar a Justiça de 2º grau da população e da comunidade acadêmica, o Tribunal de Justiça do Estado (TJMA) realizou nesta terça-feira (16) a primeira sessão itinerante da 2ª Câmara Cível, no Centro Pedagógico Paulo Freire da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com a participação de mais de 70 pessoas, entre estudantes e servidores da Justiça.

Composta pelos desembargadores Guerreiro Júnior (presidente), Marcelo Carvalho e José de Ribamar Castro, a 2ª Câmara Cível julgou 130 processos (61 em pauta e 69 em extrapauta). Participaram da sessão, o reitor da UFMA, Natalino Salgado, representantes do Ministério Público (MP) e da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB).

De acordo com o desembargador Marcelo Carvalho, o projeto permite ao Poder Judiciário uma maior descentralização, possibilitando uma maior interação com a realidade social. Para ser um juiz verdadeiro, o magistrado tem que conhecer a realidade da comunidade, frisou.

Natalino Salgado, reitor da UFMA, destacou que a universidade tem uma relação histórica com o Tribunal, através de parcerias firmadas no decorrer de sua trajetória, a exemplo da Casa da Justiça Universitária, que está em fase de implantação.

Temos aberto os espaços da Universidade para o Judiciário visando consolidar esse processo de proximidade do Tribunal de Justiça com a sociedade, ressaltou.

O estudante do 3º período de Direito, Davi Nogueira, falou da importância da realização de audiências na universidade como forma de aliar a teoria à prática. Com a iniciativa, podemos ver na prática aquilo que assimilamos em sala de aula. As sessões itinerantes permitem à sociedade ver de perto o trabalho do Judiciário, opinou.

1ª Vara Cível - portaria suspende atendimento a partes e advogados a partir de segunda (22)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Em portaria datada dessa terça-feira (16) o juiz titular da 1ª Vara Cível de São Luís, Josemar Lopes Santos, determina a suspensão do atendimento a partes e advogados na unidade no período de 22 de dezembro a 06 de janeiro. Durante o período, as atividades se limitam às internas e conforme escala de revezamento a ser posteriormente definida, estabelece a portaria.

De acordo com o documento (Portaria 04/2014 GAB), a medida se deve, entre outras considerações, à necessidade de reorganização do acervo processual da Vara de modo a garantir uma melhor prestação jurisdicional, e de organização da Correição Ordinária de 2015.

Na portaria, o magistrado ressalta ainda o recesso forense anual em todas as unidades judiciais compreendido no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro, período que coincide com parte daquele em que o atendimento na Vara estará suspenso.

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM é afastado pelo TJ/MA

Órgão Especial da Corte decidiu pela abertura de procedimento administrativo para apurar conduta do magistrado.

quarta-feira, 17 de dezembro de 2014

O Órgão Especial do TJ/MA afastou preliminarmente do cargo, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira, 17, o juiz de Direito Marcelo Testa Baldochi, da 4ª vara Cível de Imperatriz. No início do mês, o magistrado deu voz de prisão a funcionários da TAM. Ele teria sido impedido de embarcar em um voo, pois chegou minutos após os procedimentos de embarque terem sido encerrados.

O Órgão Especial determinou a instauração de PAD para apuração de fatos supostamente abusivos e incompatíveis com o exercício da magistratura, ocorridos no aeroporto de Imperatriz. O juiz responde a outras duas sindicâncias para investigação de denúncias.

De acordo com o TJ/MA, o desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, que presidiu a sindicância, verificou indícios graves de infração disciplinar por parte do juiz, principalmente com a determinação imotivada da prisão dos funcionários da empresa aérea. O desembargador ouviu os funcionários da empresa aérea, o delegado responsável pelo caso e o juiz Marcelo Baldochi.

Ele ressaltou a existência de diversas outras reclamações e representações contra o juiz apresentadas por advogados, membros do MP e pessoas da comunidade, dando conta de práticas como abuso de poder, usurpação de competência, entre outras. "Daí a necessidade de medidas urgentes por parte do Tribunal, ante a influência e o poder deliberado do juiz no âmbito da comarca, evidenciado in loco ante os inúmeros depoimentos a esta comissão sindicante".

Fonte: TJ/MA

Idoso que matou jovem no Cohafuma será julgado nesta quinta (18)

Será submetido a júri popular nesta quinta-feira (18), o idoso Veudacy Guterres Cavalcante, 77 anos, acusado do assassinato do jovem Marcelo Henrique Freitas Gusmão, 22 anos, no início da tarde do dia 31 de julho de 2013, em um ponto de ônibus, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no Cohafuma, próximo ao condomínio onde morava o acusado e onde a vítima residia com a família. O julgamento será às 8h30, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, no primeiro andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

A sessão de julgamento será presidida pelo juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Gilberto de Moura Lima. A acusação ficará com o promotor de Justiça Rodolfo Soares Reis e a defesa com o advogado Herivelton Lago.

Veudacy Guterres Cavalcante, viúvo, também conhecido como Funaro, na época do crime foi preso e recolhido à Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do Olho-d'Água. De acordo com a decisão de pronúncia, ele assassinou Marcelo Henrique Freitas por vingança. No ano anterior o réu fora condenado a seis anos e meio de reclusão pela prática de atentado violento ao pudor cometido em maio de 2004 contra a vítima, que na época tinha apenas 13 anos.

Conforme a acusação do Ministério Público, o acusado desferiu três tiros de arma de fogo contra Marcelo Henrique, que se encontrava em um ponto de ônibus, próximo ao condomínio onde morava. O jovem morreu no local.

Consta na denúncia que o acusado desceu de um ônibus coletivo e, ao notar a presença da vítima, dirigiu-se a ela e passou a discutir com a mesma. Veudacy distanciou-se um pouco, mas, de imediato, aproximou-se novamente e efetuou um tiro de revólver calibre 38, mas a arma falhou. O réu atirou mais duas vezes, atingindo o tórax e as costas do jovem que caiu, sendo que o denunciado desferiu um terceiro tiro que também atingiu as costas do rapaz.

Após o crime, Veudacy Guterres saiu do local e foi para o seu apartamento, onde foi preso em flagrante por policiais militares, tendo confessado a prática do homicídio, entregando, inclusive, a arma do crime, que estava sobre um móvel da sala.

Interrogado em juízo, o acusado afirmou que matou a vítima por que há quatro anos o jovem o vinha ameaçando, mas afirmou não ter registrado na polícia nenhuma das ameaças. Disse que andava armado porque tinha medo de morrer e que a arma que utilizou não era legalizada. Negou ter premeditado o crime.

Tribunal de Justiça do Maranhão realiza sessão Itinerante na UFMA

A sessão julgou cerca de 97 processos em grau de recurso

SÃO LUÍS - Ocorreu nesta terça-feira, 16, a Primeira Sessão Itinerante da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Miniauditório do Centro Pedagógico Paulo Freire da Cidade Universitária, às 9h, aberta aos alunos do curso de Direito.

Essa sessão representa a composição de uma câmara, composta por pequenos grupos de desembargadores, que proferem seus votos em grau de recurso em processos judiciais, ou seja, os processos já foram decididos em primeira instância e as partes recorreram para o tribunal. Cerca de 97 processos em grau de recurso foram julgados.

A sessão contou com os desembargadores Antônio Guerreiro Junior, Marcelo Carvalho Silva e José Ribamar Castro, os advogados das partes e a equipe técnica do tribunal, responsáveis pela digitalização dos processos e sonorização do local.

A sessão de julgamento desses processos funcionou da seguinte forma: o Juiz Relator, principal responsável pela análise de um processo, sendo de sua competência apresentar o relatório - resumo sobre o que ocorreu no processo - e o voto, que se configura como a decisão a respeito do caso. Com base nesse relatório e voto, os demais membros do tribunal apresentarão o seu voto, que pode se limitar a acompanhar o voto do relator.

A participação dos discentes objetivou dar oportunidade aos alunos de, pela primeira vez, assistirem e observarem como funciona uma sessão. Segundo a coordenadora do curso de Direito da UFMA, Lucyleia França, esta é uma forma de estreitar os laços e fazer com que a justiça esteja mais próxima do cidadão. "É uma forma de abordar a prática profissional do aluno, permitindo à comunidade universitária saber como funciona, na prática, um julgamento dessa natureza", pontuou.

Os alunos Wady Miguel Matni e Luís Fernando Moraes, ambos concluindo o quarto período do curso de Direito, afirmaram que a sessão foi uma oportunidade de vivenciar na prática o que aprenderam durante as aulas teóricas.

De acordo com o reitor Natalino Salgado, o evento foi um ato histórico e um gesto de aproximação com a sociedade, entendendo que a universidade é pública e aberta para todos. "A área Itaqui-Bacanga é uma área desprovida de assistência, então é de importância que a justiça saia de seus palácios e vá até a universidade", afirmou.